

A idolatria do dinheiro e a vida humana: a peculiar situação das migrações forçadas

The idolatry of money and human life:
the peculiar situation of forced migrations

Guilherme C. Delgado*
Roberto Marinucci**

Recebido: 30/07/18
Aprovado: 30/09/18

Resumo.

O artigo tem como objetivo aprofundar o nexó entre idolatria do dinheiro e migrações forçadas, tendo como ponto de partida um recente documento do Vaticano sobre o atual sistema econômico-financeiro. Após a apresentação crítica do documento, o artigo se debruça sobre a questão da idolatria (do dinheiro) num diálogo constante entre Sagrada Escritura, pronunciamentos de Papa Francisco e a realidade social. Na última parte, as reflexões são aplicadas aos desafios das migrações forçadas, enquanto *locus theologicus*: realidade que deve ser teologizada e, ao mesmo tempo, que pode teologizar, ou seja, iluminar no discernimento dos sinais da presença/ausência de Deus na história.

Palavras-chave: sistema econômico-financeiro, idolatria, Papa Francisco, migrações forçadas.

* Doutor em Economia pela UNICAMP (1984), pesquisador do IPEA/Brasília (1977-2007), assessora Pastoriais Sociais da CNBB e é estudioso de questões teológicas.

** Missiólogo, pesquisador do Centro Scalabrinianos de Estudos Migratórios de Brasília, Diretor da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU) (www.csem.org.br/remhu).

Abstract:

The article aims to deepen the link between money idolatry and forced migration, starting with a recent Vatican document on the current economic-financial system. After the critical presentation of the document, the article focuses on the question of (money) idolatry in a constant dialogue between Sacred Scripture, pronouncements of Pope Francis and social reality. In the last part, the reflections are applied to the challenges of forced migration, as *locus theologicus*: a reality that must be theologized and at the same time can theologize, that is, illuminate the discernment of the signs of the presence / absence of God in history.

Keywords: economic-financial system, idolatry, Pope Francis, forced migrations.

Introdução

Vivemos numa época de multiplicação de ídolos. A lógica do *descartável*, da qual fala com insistência Papa Francisco, diz respeito não apenas à *massa sobrando* da humanidade transformada em lixo,¹ mas também à *descartabilidade* do Deus bíblico, constantemente substituído por uma miríade de ídolos sempre prontos a oferecer uma salvação aparentemente fácil, tangível e segura. Entre esses ídolos, o dinheiro tem um papel de destaque, em estrita colaboração com o ídolo do poder (militar) e da lei. Essa *trindade idolátrica*, com seu caráter sacrificial, necrófilo e excludente, é responsável pela intensa e constante violação dos direitos de milhões de seres humanos. Entre eles há também milhões de migrantes forçados, obrigados a fugir de suas terras em decorrência de guerras, insegurança alimentar, eventos climáticos e situações de grave e generalizada violação de direitos humanos.

Este artigo tem como ponto de partida um recente documento sobre o sistema econômico-financeiro de autoria da Congregação para a Doutrina da Fé e do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (2018). O Documento chama atenção, justamente, sobre as contradições éticas do sistema econômico hegemônico. Após a apresentação crítica do documento, o artigo se debruça sobre a questão da idolatria (do dinheiro) num diálogo constante entre Sagrada Escritura, pronunciamentos de Papa Francisco e a realidade social. Na última parte, as reflexões são aplicadas aos desafios das migrações forçadas, enquanto *locus theologicus*: realidade que deve ser theologizada e, ao mesmo

¹ Veja-se, por exemplo, *Laudato si'* n. 22).

tempo, que pode teologizar, ou seja, iluminar no discernimento dos sinais da presença/ausência de Deus na história.

1. O Documento

Recentemente (maio de 2018), o Vaticano divulgou um documento doutrinário – *Considerações para um Discernimento Ético sobre Alguns Aspectos do Atual Sistema Econômico Financeiro* (Congregação para Doutrina da Fé, Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, 2018), que, em nossa opinião, pretenderia sistematizar e corroborar em linguagem doutrinária, várias falas, gestos e atos internos do Papa Francisco sobre economia e finanças e particularmente sua repetida abordagem da ‘nova idolatria do dinheiro’, que mereceu na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG) explícita menção nos números de 55 a 60.

Referido texto da Congregação para a Doutrina da Fé e do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral contém duas partes muito distintas: 1 – uma abordagem de fundamentação ética e teológica da problemática levantada; 2 – uma contextualização atual, de economia política, dos graves problemas suscitados pelas anomalias do sistema econômico-financeiro mundial; anomalias essas que consensualmente têm consequências desastrosas para a vida humana em sociedade e que nas suas origens contêm graves distorções éticas, a juízo do próprio documento.

Vamos nos restringir neste artigo à primeira parte citada – a questão ético-teológica do documento – até porque consideramos a abordagem da *Contextualização Atual* significativamente pertinente e adequada à realidade econômica, mas enxergamos algumas questões ético-teológicas carentes de esclarecimento e fundamentação.

Em particular, o tratamento ético teórico e principalmente ético pragmático do sistema econômico-financeiro pareceram-nos inadequados; como também a não incorporação da rica tradição teológica da idolatria do dinheiro, que certamente muito poderia ajudar a desvendar a parte contextual e histórica do documento. Pistas pragmático-pastorais do tratamento da questão certamente também seriam distintas à luz de uma abordagem da teologia da idolatria, invez das sugestões que já se leem desde a própria *Introdução*, mas principalmente nas *Pontualizações no Contexto Contemporâneo* propondo a criação de *Comissões Éticas* dentro dos bancos com o objetivo de ajudá-los ... *não somente a preservar os seus balanços das consequências de dificuldades e perdas. E a efetiva coerência entre missão estatutária e a prática financeira, mas também*

a sustentar adequadamente a economia real (n. 24) proposta que se repete às práticas de ‘compliance’ das empresas em geral (n. 28) com vistas a prevenir a elisão fiscal.

1.1. As questões e tensões éticas envolvidas: economia e vida humana

A ética utilitária e individual assumida pelos fundadores da economia moderna – Mandeville, Adam Smith, David Ricardo, entre outros – associada aos métodos produtivos modernos – divisão do trabalho, manufatura, maquinaria e grande indústria –, são por assim dizer molas propulsoras do progresso material da economia real, trazidos pela Revolução Industrial. O sucesso econômico desse casamento – individualismo ético (utilitário) e progresso técnico-científico –, é também causa eficaz da desigualdade endógena, inerente a esse sistema.

No centro dos sistemas econômicos modernos, em quaisquer das vertentes e escolas que disputam o bastão da chamada *ciência normal* (clássicos, marxistas, neoclássicos scumpeterianos, keynesianos etc.), assume-se como fundamento a conduta do *homo oeconomicus*, movida pelo autointeresse ou pelo egoísmo utilitário comportamental. Isto, associado às paixões, preferências e/ou desejos individuais de renda e riqueza, associados ao progresso técnico, são por assim dizer a conduta autossuficiente desse sistema para produzir um mundo de prosperidade e riqueza no plano do agir individual, tudo mais corroborado por uma *mão invisível* dos mercados, conducente à *Riqueza das Nações* (SMITH, 1988).

Salta aos olhos que a ética do bem comum, de fundamentos clássicos filológicos (Aristóteles), trazida à conduta humana moderna, como também uma conduta teologicamente interpretada na Bíblia do agir humano voltado à construção do Reino de Deus no seguimento de Jesus de Nazaré, contém tensão essencial e contradições fundamentais com a *ética econômica* da modernidade, que precisam ser reveladas.

O documento do Vaticano parte de uma concepção teológico-ontológica do ser humano, portador de dignidade transcendente e destaca o caráter relacional inerente à condição de criatura, cuja criação e reprodução da vida humana pressagiam relações sociais primordiais, do cuidado com a criatura, condição de possibilidade à própria subsistência do ser trazido ao mundo. Nesse contexto, a economia como atividade provedora de meios de subsistência – alimento, *habitat*, locomoção e principalmente cuidados pessoais a uma criatura distinta das demais do mundo animal – é meio provedor às necessidades básicas.

Isto posto, uma ética da vida humana fica pressuposta, comparativamente às demais criaturas dotadas de biologia animal. Os meios e modos de provisão,

cuidado e garantia à reprodução da vida animal se fazem de forma natural, cada espécie dotada de códigos genéticos específicos, habilitantes à provisão, cuidado e reprodução da vida criada. Mas tais habilitações são distintas à espécie humana, que requererá o próprio espaço cultural do *ethos* primordial como condição de possibilidade à garantia da vida humana.

1.2. Inserir a ética da vida humana na agenda econômica moderna.

Os problemas cruciais da vida humana em sociedade são também questões econômico-sociais relevantes. Ganhar e garantir os meios de subsistência para si e para a família, sob o formato de remuneração, é certamente um deles. Mas também o que fazer nas situações de desemprego generalizado ou de incapacidade física para o trabalho; como cuidar da saúde individual e coletiva; e como enfrentar a educação básica dos filhos; a proteção pública aos pobres, a habitação adequada, a alimentação, a segurança social etc. Tudo isto constitui um conjunto de meios sociais, mediante os quais o ser humano exercita sua liberdade. Todas essas questões poderiam ficar inscritas numa agenda de necessidades humanas básicas, cujo atendimento dependeria de uma ética social orientando a economia política. Esta, no entanto, é uma problematização que não é adotada pelas teorias da economia de mercado desregulamentado, cujos vetores de demanda social refletem preferências e desejos de consumidores, dotados de renda e riqueza, para comprar mercadorias. A ciência econômica inaugurada pelos Clássicos é fundamentalmente ciência da produção, circulação e distribuição da mercadoria, mesmo na Crítica da Economia Política de *O Capital* de Marx.

Atender necessidades, acudir a direitos sociais, proteger a sociedade humana contra os riscos incapacitantes ao trabalho, preservar a vida humana, proteger os ecossistemas, realizar o desenvolvimento humano etc. são todos princípios éticos de uma economia em favor da vida; contudo, são externos à ética utilitária da economia de mercado. Haverá certamente zonas de intersecção entre a ética utilitária e a ética protetora da vida em sociedade, como de resto nos revelam a história do capitalismo e a emergência da democracia de massas em determinadas experiências nacionais do Ocidente, a exemplo do Estado de Bem Estar Social. Mas a economia de mercado autorregulada, sem direção política a objetivos éticos e ao bem comum, que endogenamente lhes são estranhos, não garante o atendimento das necessidades básicas essenciais à reprodução da vida digna em sociedade.

Isto posto, o que se pode deduzir da *ética econômica* dos mercados autossuficientes, portanto isentos de regulação ético-política que lhes é estranha, é a desvinculação do atendimento de necessidades humanas básicas antes referi-

das, a que o documento chama das dimensões integrais da pessoa humana, que obviamente incluem as necessidades primárias. Esta situação é completamente desarrazada na pertinente e preliminar avaliação de *Introdução* do texto.

A solução deste grave dilema ético, no Documento, está aquém dele próprio e do seu desdobramento subsequente. Sugestões de criação de Comitês de Ética nos Conselhos de administração das empresas para prevenir os desvios da especulação financeira e/ou apoiar saudáveis práticas da economia real primam por uma certa ingenuidade sobre a ação econômica das empresas. Com ou sem especulação financeira o sistema empresarial opera indiferente à ética do atendimento das necessidades humanas básicas. E na era de dominância do capital financeiro sobre economia, sociedade e política, a crítica à ética utilitária dos mercados não pode prescindir da abordagem da teologia da idolatria do dinheiro.

2. A idolatria.

Para aprofundar a questão da idolatria do dinheiro é fundamental conceituar anteriormente a noção de ídolo. Na Bíblia os ídolos, antes que divindades de outras religiões, são artefatos criados pelos seres humanos (cf. Jr 25,6) e/ou transformados, pelos mesmos, em *senhores*, visando, mediante eles, alcançar a própria divinização, a experiência do sagrado. Tudo pode se tornar um ídolo. Tudo pode ser idolatrado. Os ídolos podem ser materiais e imateriais. Consoante o biblista José Luís Sicre,

os deuses [ídolos] não existem. É a atitude do homem que os cria, transformando, na sua passagem, todo o mundo circunstante. (...) A pessoa humana fica 'religada', 'vinculada' a uma realidade. Mas, por não ser a realidade de Deus, trata-se de uma falsa religação, de uma pseudo-religiosidade, inútil e improdutiva, de idolatria. (SICRE, 1996, 346)

Os ídolos são produtos da ação humana aos quais são atribuídos conotações e prerrogativas divinos.² Ao criar ídolos, o ser humano decide voluntariamente renunciar à própria liberdade, à própria autonomia. O ídolo se torna amo do seu criador. Seu senhor. Criando e se submetendo ao poder do ídolo, o ser humano deixa de ser responsável, ou seja, deixa de responder pelas suas ações, pois agora irá apenas obedecer às ordens de seu amo. A idolatria, nesse sentido, é a negação mais profunda da ética, que pressupõe, ao contrário, a responsabilidade.

² É importante sublinhar que o ser humano constrói um ídolo mesmo quando não o fabrica materialmente com suas mãos, como, por exemplo, no caso dos *astros* (o sol, a lua, etc.) transformados em ídolos (cf. PETROSINO, 2015).

Mas, qual é a atração da idolatria? Os ídolos oferecem uma salvação ilusória por caminhos mais curtos e, aparentemente, menos íngremes.³ Ludibriado por essas ilusões e dominado pelos ídolos, o ser humano acaba renegando o primeiro mandamento: *não terá outro Deus diante de minha face* (Ex 20,3). Seguindo os ídolos, o fiel apostata a profissão de fé da unicidade do senhorio de Javé (cf. Dt 6,4). A negação do primeiro mandamento é apenas o ponto de partida para a violação de toda a lógica do Reino do Deus, violação que pode ser condensada na opção pelo *sacrificialismo*. O ídolo promete a salvação individual mediante o sacrifício de vidas humanas. O ídolo exige *oferendas* (SICRE, 1996, p. 345-346). A lógica sacrificial se torna o caminho de salvação.

Outra característica do ídolo é sua *estabilidade*. A *estátua* pode ser um ídolo justamente porque *estabiliza, cristaliza, cimenta* a divindade, aniquilando, assim, sua radical alteridade. Nesta ótica, como nos lembra a pastora metodista italiana Lidia Maggi, denunciar a idolatria significa questionar a *imagem fixa do sagrado*, que é posta em causa pelo Deus bíblico: *este é santo, separado; entretanto, Deus conosco, Deus na história, até a forma mais radical de contaminação: a encarnação* (MAGGI, 2015).⁴

A opção pelos ídolos, portanto, é também a opção – como nos relembra o monge Enzo Bianchi – pela certeza, pela segurança. Num mundo *líquido*, como diria Bauman, os ídolos oferecem bases sólidas e estabilidade, ainda que ilusórias. No entanto, do ponto de vista da tradição judaico-cristã, o preço a ser pago é demasiado alto: a domesticação do divino. De fato, o ídolo é uma divindade construída – literalmente – a imagem e semelhança do ser humano. É um Deus que pode ser tocado, controlado, compreendido e manipulado. É um Deus destituído de sua radical alteridade. Na lógica idolátrica não há espaço para dúvidas, questionamentos e discernimentos: só conta a obediência cega. Por isso, a idolatria se torna, de fato, uma forma de escravidão que Bianchi relaciona a três tipos de *libidines* inerentes à condição humana: a *libido dominandi*, a *libido possidendi* e a *libido amandi*. Essas três forças, quando empoderadas ao status de ídolos, exigem do ser humano *adoração e serviço, roubam sua liberdade* (BIANCHI, 2013).⁵

Cabe lembrar que a questão da idolatria não é apenas uma questão interior ou individual. Essas forças idolátricas interferem diretamente nas relações in-

³ Talvez seja melhor dizer *mediante os ídolos o ser humano busca uma salvação ilusória e mais fácil*, pois é o próprio ser humano que voluntariamente se sujeita, se submete. O sujeito da subjeção é o próprio ser humano.

⁴ A pastora, neste interessante artigo, apresenta o potencial anti-idolátrico da *ironia* e da *crítica*.

⁵ Neste artigo destacamos sobretudo as primeiras duas *libidines* (*dominandi* e *possidendi*), mais diretamente relacionadas com a idolatria do dinheiro e com as migrações, mas vale lembrar que também a *terceira* (*amandi*) tem implicações sobre as migrações forçadas, como, por exemplo, no caso específico do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

terpessoais e sociais, gerando estruturas necrófilas, que a teologia latino-americana tem chamado de *estruturas de pecado* ou *pecados sociais*. Em outros termos, a idolatria não diz respeito apenas a cristãos ou judeus. Não é apenas uma questão de quem acredita em Deus. A idolatria é uma tentação de cada ser humano – inclusive ateus e agnósticos – enquanto ato de sacralização, absolutização de realidades históricas relativas e contingentes, o que produz escravidão, sacrificalismo, exclusão e negação da dignidade do ser humano.

Finalmente, é importante sublinhar que os ídolos costumam trabalhar em conjunto. De acordo com Pablo Richard (1982), na Bíblia existem três grandes ídolos, que formam o que poderíamos chamar de *trindade idológica* que com suas *pericorese idológicas* espalha morte, opressão e violência no planeta. A idolatria do dinheiro é corroborada, legitimada e protegida pela *idolatria do poder (militar)* – a sacralização de sistemas políticos e seus exércitos – e a *idolatria da lei* – a sacralização das leis do Mercado e de legislações securitárias e sacrificalistas.

3. As consequências sociais da idolatria do dinheiro em Papa Francisco.

Para além do supracitado documento do Vaticano sobre o Sistema Econômico Financeiro, o enfoque da idolatria do dinheiro é reiteradamente utilizado por Papa Francisco, sobretudo na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* e em inúmeras falas e atos durante o seu pontificado. Estes pronunciamentos contêm pistas epistêmicas da maior significação para o tratamento do tema deste artigo, como também para interpretar um conjunto muito vasto de anomalias da economia moderna, de que o citado documento do Vaticano faz pertinente contextualização. A seguir apresentamos alguns exemplos.

Em 2015, em Turim, na Itália, num encontro com representantes do mundo do trabalho, Francisco chamou atenção sobre os riscos da *idolatria do dinheiro*:

Estamos chamados a reafirmar o «*não*» à *idolatria do dinheiro*, que estimula a incluir-se de qualquer forma no número dos poucos que, apesar da crise, se enriquecem, sem se preocupar pelos tantos que empobrecem, por vezes até à fome. (Encontro com o mundo do trabalho, Turim, Itália, 2015).⁶

Nesta singela frase está condensada a lógica sacrificial da idolatria: o bem-estar da maioria é sacrificado em nome do enriquecimento de poucos. A

⁶ Itálico nosso.

idolatria do dinheiro sacrifica a dignidade de multidões, gerando pobreza e fome. Na ótica dos ídolos, essas baixas são apenas *efeitos colaterais, sacrifícios necessários* ou, até, *consequências culpáveis* da não aceitação da lógica dos ídolos.

Por isso, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* o bispo de Roma não hesita em dizer: *Esta economia mata* (EG 53). A economia focada na idolatria do dinheiro é uma economia necrófila, sacrificialista, assassina. Ademais, é uma economia *idolátrica* por ser objeto de fé por parte de quem tem uma **confiança vaga e ingênua na bondade** daqueles que detêm o poder econômico e nos *mechanismos sacralizados do sistema econômico reinante* (EG 54, grifo nosso). O léxico religioso utilizado pelo sistema econômico hegemônico desmascara suas conotações marcadamente idolátricas. E essa não é apenas a opinião de Bergoglio. Em 2011, num artigo publicado no jornal italiano *La Repubblica*, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2011), assim se refere aos *fundamentalistas da economia* e suas obsessões pelo consumo: *Os seguidores desse credos fundamentalista estão convencidos de que todos os caminhos da redenção, salvação, graça e felicidade divinas e seculares (tanto imediatas quanto eternas) passam pelas lojas*. Estas afirmações do Bauman confirmam como as narrativas dos economistas recorrem propositalmente ao léxico teológico-religioso não apenas para conferir um dossel de sacralidade – e, portanto, de inevitabilidade – a estruturas econômicas históricas e contingentes, mas também para justificar suas consequências sacrificialistas.

As conclusões de Papa Francisco são inevitáveis:

Criámos *novos ídolos*. A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no *fetichismo do dinheiro* e na ditadura duma economia sem rosto e sem um objectivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e sobretudo a grave carência duma orientação antropológica que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo. (...) Neste sistema que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do *mercado divinizado*, transformados em *regra absoluta*. (...) O dinheiro deve servir, e não governar! (EG 55-58)

Esta última expressão remete ao tema do senhorio do dinheiro, que norteia as escolhas humanas. O Bispo de Roma insiste muito sobre essa questão: Uma das causas desta situação está na **relação estabelecida com o dinheiro**, porque **aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades** (EG 55, grifo nosso). Aqui é expressa a essência da idolatria. O

ídolo – no caso o dinheiro –, produto das mãos humanas, ao ser divinizado acaba dominando e submetendo seu construtor. Isso soa paradoxal numa sociedade ocidental supostamente iluminista e iluminada, que construiu sua civilização na perspectiva da autonomia e da autodeterminação do indivíduo. Soa ainda mais paradoxal se considerarmos que o ídolo do dinheiro, como todos os ídolos, se alimenta de sacrifícios humanos, com as hediondas consequências sacrificiais:

Assim teve início a cultura do «descartável», que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, «sobras» (EG 53).

A idolatria – do dinheiro – promove um projeto excludente e exclusivista, onde a maioria da população é transformada em massa sobrando, em *refugio humano*, como diria Bauman (2005); onde o meio ambiente se torna um mero *objeto de lucro e interesse* (LS 82); onde as relações – interpessoais, com a natureza e com Deus – são reificadas e instrumentalizadas.

O projeto anunciado pelos profetas e encarnado em Jesus de Nazaré, ao contrário, é um Reinado focado na dignidade inalienável do ser humano e da criação, um projeto inclusivo e participativo, um projeto de partilha e hospitalidade. Uma singela frase de Bergoglio resume o compromisso evangélico: *Jesus Cristo (...) chama-nos a partilhar os recursos e por vezes a renunciar a qualquer coisa do nosso bem-estar adquirido* (Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, 2015, grifo nosso). Uma afirmação simples e revolucionária; uma hedionda heresia para quem está a serviço do ídolo do dinheiro; para quem busca a salvação na lógica da acumulação, do lucro e nas supostas ilusões das *forças cegas* e da *mão invisível* do mercado (EG 204).

Nesta ótica, a ação anti-idolátrica deve partir do pressuposto de que a economia moderna não tem sentido a partir de si própria; nesse particular a Encíclica *Caritas in Veritate* do Papa Bento XVI (2009) está coberta de razão.⁷ E para entender e enfrentar os graves problemas de fundamentação da economia, não é suficiente o apelo ao agir ético no plano microeconômico, dirigido aos protagonistas do sistema.

De maneira muito pertinente o supracitado documento do Vaticano identifica sintomas muitos graves de enfermidade do sistema econômico global. Cri-

⁷ Ver em especial o capítulo III (Fraternidade, Desenvolvimento Econômico e Sociedade Civil).

ses financeiras sucessivas autoprovocadas, sistemas tributários iníquos, dívida pública, paraísos fiscais irresponsáveis, finanças desreguladas (autorreguladas) etc. não são anomalias circunstanciais do sistema.

Por outro lado, há uma espécie de ontologia idolátrica movendo esse sistema, sob dominância do capital financeiro, que submete os sistemas financeiros públicos (dinheiro), os Estados nacionais (poder político/militar), suas legislações e a própria ética social (lei) aos ditames do utilitarismo compulsório dos mercados financeiros. Esse trinômio maligno – *trindade idolátrica* – apresenta fortes sintomas de autossuficiência, coloca a economia, a sociedade e principalmente vida humana dos mais pobres em situação de vitimização em larga escala, a exemplo dos migrantes, para citar um caso a que trataremos de maneira mais particular neste artigo, nos próximos tópicos.

A teologia latino-americana abordou com muita pertinácia o tema da idolatria do dinheiro (anos 80 e 90 do século passado),⁸ de que certamente o Papa Francisco tem conhecimento. Partindo dos pronunciamentos do bispo de Roma essa categoria teológica deveria ser retomada, atualizada e colocada em movimento para ajudar os cristãos a lidar com as anomalias do sistema econômico, de graves consequências para a vida humana.

Há fenômenos econômicos anormais de toda ordem reclamando desvendamento, a exemplo da elevação sem precedente da dívida pública mundial com relação à produção econômica dos países (PIBs), antecipando infelizmente novas crises financeiras globais. E nesse contexto, o sistema se move de forma cada vez mais inclemente, com distribuição de sacrifícios aos pobres e benesses aos proprietários da riqueza financeira.

Como falamos anteriormente, a idolatria é um fato histórico e social que se materializa em instituições (políticas e judiciárias) ou estruturas (econômicas) de pecado. Um exemplo bíblico dessa institucionalização da idolatria é a *economia* do Templo: a relação pecado-dívida-sacrifício da religião centralizada no Templo judaico por parte da casta sacerdotal promovia a quitação dos pecados mediante ofertas de sacrifícios litúrgicos e/ou contribuições tributárias (dízimos). Trata-se provavelmente do exemplo mais radical e institucional de construção de uma idolatria ao dinheiro. Produz vítimas de forma inclemente, extraindo *excedente* econômico, que impele os camponeses a cada vez mais se endividarem privadamente para quitarem uma dívida pública eterna, que lhes é

⁸ Ainda na década dos anos 80 do século passado uma dezena de biblistas e teólogos latino-americanos publica *La Lucha de los dioses. los Ídolos de la Opression y la Busqueda del Dios Liberador*. San José - Costa Rica: Departamento Ecumênico de Investigaciones, 1980 (Tr. em português: *A luta dos deuses*. São Paulo: Paulinas, 1982), com especial destaque ao artigo de Pablo Richard, *Nuestra Lucha es Contra los ídolos*. Teologia Bíblica, texto que merece releitura nos dias atuais. Ver também: ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado. Ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989.

requerida por uma lei religiosa. Esta, por sua vez, que lhes cobra contribuições perpétuas a uma dívida pública eterna: o pecado pessoal, associado a doenças, infortúnios e sofrimentos.

As respostas de Jesus a esse enredo idolátrico são muito conhecidas nos Evangelhos e em especial na data da Páscoa e no próprio recinto do Templo, de maneira que não precisamos aqui relembrar.

Na modernidade há um deslocamento dessa relação religiosa para uma outra institucionalidade. O triângulo perverso pressupõe uma relação de dívida eterna dos pobres para com os ricos detentores da riqueza financeira, culpabilizados os pobres pela própria pobreza, a quem se lhes cobra sacrifícios crescentes e insuportáveis, principalmente nas crises financeiras. Há uma legalidade e um poder estatal que administram compulsoriamente a extração dos *excedentes* dos pobres para os ricos detentores da riqueza financeira, utilizando para tal o instituto da Dívida Pública, dentre outros. E há um discurso oficial *legitimador*: o do ajuste fiscal-financeiro, exigindo os sacrifícios de *cortar na própria carne* da sociedade, e particularmente dos mais pobres, como forma de despertar ou redespertar o *espírito animal* dos empresários; para que estes ao fim e ao cabo de certo tempo desencadeiem com seus investimentos novos, um novo ciclo de prosperidade e riqueza, como forma de sair da crise, quitar os males do desemprego geral e iniciar um novo ciclo de expansão real da economia.

O Brasil atual, especialmente no período crítico 2015-2018 vive uma peculiar situação de aplicação às finanças públicas de um receituário de política econômica, eivado de influências de uma teologia idolátrica à riqueza financeira, mas que infelizmente não é possível nos limites deste artigo explicitar didaticamente.

Resumindo, há economistas que se queixam, por vezes, das *ingerências indevidas* de líderes religiosos em questões econômicas, o que na visão deles acabaria violando a assim chamada diversificação funcional da sociedade moderna (GABRIEL, 2006): economia é economia; religião é religião. No entanto, a partir de nossas reflexões, a pergunta que ressoa é: por que os economistas recorrem a categorias teológico-religiosas para sustentar e justificar o próprio sacrificalismo? Não é essa uma *ingerência indevida*? Por que o sistema econômico atualmente hegemônico se apresenta como um *ídolo*, um substituto de Deus, que promete *redenção, salvação* ou, nas palavras de Bauman, *felicidades divinas e seculares*? A crítica teológica ao sistema econômico antes que uma crítica *técnica*, é uma crítica às narrativas sacralizantes e suas consequências sacrificalistas para a vida dos seres humanos e da criação.

Vamos ver, a seguir, como esse sacrificalismo afeta o universo da mobilidade humana.

4. A idolatria do dinheiro e as migrações forçadas.

Nos últimos anos, em nível mundial, houve um expressivo aumento das migrações forçadas. São pessoas que fogem de suas terras por causa de perseguições, guerras, insegurança alimentar, eventos climáticos ou situações de grave e generalizada violação de direitos humanos.⁹ Esta conjuntura foi errônea e ideologicamente chamada na Europa de *crise dos refugiados*. Na realidade migrantes forçados estão sempre em crise – caso contrário não estariam se deslocando à força. O que entrou em crise, de fato, foi o sistema de acolhida de vários países do Norte do mundo e, antes que isso, seu suposto compromisso em defender e promover os direitos humanos.

O fenômeno migratório, em outros termos, está desencadeando um processo de discernimento acerca da identidade axiológica dos países de chegada. No fundo é algo análogo ao *discernimento* – no sentido etimológico de *separar, dividir, distinguir* – que ocorre no conto de Mt 25: é diante dos famintos, dos sedentos, dos presos e dos migrantes que descobrimos realmente quais são nossos valores, nossas prioridades, nossos reais interesses; é diante deles que tomamos consciência sobre quem domina nossas vidas, quem é o nosso(s) Senhor(es). São eles que desmascaram a idolatria.

Nesse sentido, *a questão migratória pode ser interpretada como locus theologicus*, não apenas no sentido de ser uma realidade a ser teologizada, ou seja, a ser interpretada a partir de uma epistemologia teologal, mas também no sentido de uma realidade que pode iluminar o discernimento da presença – ou ausência – do Espírito de Deus na história, oferecendo inclusive novas pistas epistêmicas acerca da revelação bíblica.

O nexó entre as migrações forçadas e a idolatria do dinheiro é bastante evidente. Diante das constantes crises financeiras e, sobretudo, da irrefreável concentração de riquezas nas mãos de poucos, cresce o número de pessoas que utilizam o deslocamento geográfico como estratégia de sobrevivência. Trata-se de migrações forçadas, pois, em muitos casos, o que está em jogo é a inclusão biológica e/ou social do indivíduo e suas famílias. Ocorre, em outros termos, o que Bauman chama de *desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidade* (BAUMAN, 2017, 7).¹⁰ Talvez, antes que em *lugares de sonho* seria melhor falar em *lugares vivíveis*, onde é possível construir uma vida digna.

⁹ Entendemos aqui o termo *migrações forçadas* para além do instituto jurídico do refúgio, que ampara apenas um pequeno grupo de migrantes forçados – aqueles que *se encaixam na rígida definição da Convenção de Genebra de '51 e do Protocolo de '67*.

¹⁰ Negrito nosso.

Repetimos: a carente satisfação das necessidades básicas essenciais à reprodução da vida digna em sociedade – incentivada pela concentração de riquezas inerente à lógica do sistema econômico-financeiro hegemônico – é, sem dúvida, um dos principais fatores desencadeadores das migrações forçadas. Ainda que, estatisticamente, os fluxos Sul-Sul sejam análogos aos fluxos Sul-Norte, não há dúvida de que a preferência dos que fogem sejam os lugares com maiores oportunidades de trabalho, embora sejam lugares com elevados índices de racismo e xenofobia.

Mas a idolatria do dinheiro não gera apenas *migrações forçadas econômicas*¹¹. Existe também a questão dos assim chamados *refugiados* ou *deslocados ambientais*. Qual a relação entre eventos climáticos com a idolatria do dinheiro? Em primeiro lugar, está comprovado que os efeitos negativos dos desastres ambientais dependem da capacidade de prevenção e resposta dos países envolvidos. Dito de outra forma, como sugere um informe do PNUD (2004) – *A redução de risco de desastres: um desafio para o desenvolvimento* – as catástrofes naturais são, na realidade, *catástrofes antrópicas*, pois o número de mortos e feridos por elas provocados depende substancialmente da capacidade que cada país tem de implementar políticas de prevenção e diminuição de riscos. O que mata, antes que o desastre, é a miséria. Uma miséria que pode ser também a consequência desses eventos climáticos, sobretudo quando geram destruição, desertificação e contaminação do solo.

Ademais, está comprovado também como a ação humana está interferindo nas mudanças climáticas do planeta, com todas as suas consequências.¹² Nisso, no entanto, há diferentes graus de responsabilidade entre os povos: nem todos interferem, depredam e poluem da mesma forma. Os lucros dessas depredações são privados, mas os efeitos negativos são socializados. Papa Francisco, na *Laudato si'*, assim denuncia essa situação:

É trágico o aumento de *emigrantes em fuga da miséria agravada pela degradação ambiental*, que, não sendo reconhecidos como refugiados nas convenções internacionais, carregam o peso da sua vida abandonada sem qualquer tutela normativa. Infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações

¹¹ Geralmente, no âmbito das migrações faz-se a distinção entre migrantes econômicos e migrantes forçados, sendo a motivação dos primeiros voluntária e dos segundos involuntária. Numerosos autores, no entanto, questionam esta distinção superficial e ideológica por abranger entre os migrantes econômicos não apenas pessoas de classe média que emigram em busca de melhores salários, mas também migrantes que fogem de situações de radical insegurança alimentar. Neste sentido, em nossa opinião, existe uma *migração forçada econômica*, composta por pessoas obrigadas a sair de suas terras em busca de segurança alimentar para si e os próprios familiares.

¹² Há também desastres ambientais diretamente provocados pelos seres humanos, como o rompimento de uma barragem ou de uma usina nuclear.

diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil (LS 25).¹³

A idolatria do dinheiro derresponsabiliza o ser humano. As migrações forçadas provocadas por eventos climáticos humanamente induzidos são mais um exemplo do caráter necrófilo e sacrificialista dos ídolos.

Mas a lista é ainda longa. A idolatria do dinheiro está atrelada também a muitos conflitos bélicos que provocam a fuga de ingentes volumes de refugiados, como no recente caso dos sírios. Segundo um relatório do ACNUR (2015), entre 2010 e 2014, 15 conflitos bélicos começaram ou foram retomados no mundo. É uma das principais causas do aumento de migrações forçadas. Atrás desses conflitos, em termos gerais, há sempre lutas pelo poder e, sobretudo, pelo *dinheiro*. Como costuma geralmente acontecer, nas guerras há quem morre e quem se enriquece, independentemente do resultado do conflito. Quem vende armas só tem a ganhar com qualquer conflito.¹⁴ Recentemente, bombas vendidas pelos EUA à Arábia Saudita foram lançadas contra um ônibus escolar no Iêmen: dos 51 mortos, 40 eram crianças.¹⁵ Alguém lucrou. Outros morreram.

O ídolo do dinheiro é o único e verdadeiro vencedor de todas as guerras, em estrita colaboração com o ídolo do poder (militar). Retomando Enzo Bianchi, a *libido dominandi* e a *libido possidendi* se entrelaçam.

Se idolatria do dinheiro provoca migrações forçadas por causa de crises econômicas, concentração de renda, desastres ambientais antrópicos e conflitos bélicos, ela também tende a debilitar o espírito de solidariedade e, portanto, o compromisso de acolhimento. Vale lembrar aqui as palavras do Papa Francisco em 2014, em Terni, na Itália:

Que podemos fazer face ao gravíssimo problema do desemprego que atinge diversos países europeus? É a consequência de um sistema econômico que já não é capaz de criar trabalho, porque *deu a prioridade a um ídolo, que se chama dinheiro!* Portanto, as diversas entidades políticas, sociais e econômicas estão chamadas a favorecer uma organização diversa, baseada na justiça e na solidariedade. Esta palavra, neste momento, corre o risco de ser excluída do dicionário. *Solidariedade: parece quase um palavrão!* Não! A solidariedade é importante, mas a este sistema ela não agrada muito, prefere excluí-la.

¹³ Negrito nosso.

¹⁴ Para os *senhores da guerra* – como os chamava Bob Dylan – a crise surge quando começa a paz.

¹⁵ Cf. <<https://observador.pt/2018/08/18/bomba-que-matou-criancas-no-iemen-foi-fabricada-nos-estados-unidos/>>.

Na lógica da idolatria do dinheiro a solidariedade se tornou um palavrão. Acolher migrantes forçados e solicitantes de refúgio é economicamente muito dispendioso. Ou aparentemente dispendioso, pois numerosos estudos sobre a relação entre migração e desenvolvimento comprovam que a migração, em termos gerais, é lucrativa para os países de chegada, podendo ser, ao contrário, um problema para os países de saída, sobretudo em caso de perda de um número significativo de trabalhadores qualificados (BAGGIO, 2009).

Mas a lógica idológica não se deixa persuadir pela racionalidade. Parte-se do ilusório pressuposto que o acolhimento de migrantes e refugiados implica sempre uma perda econômica por parte dos países de chegada. Assim, em muitos países da Europa se justifica o não resgate de naufragos no mar – mesmo sabendo que isso provocará numerosas mortes – devido à necessidade de preservar o poder aquisitivo da população nacional. Ou seja, para não reduzir o consumo é legítimo omitir o socorro e provocar a morte de seres humanos. Por outro lado, são criminalizadas pessoas que, fugindo à força de guerras, violações de direitos ou insegurança alimentar, ousam... entrar em outro país de forma administrativa-mente irregular! Ou seja, são demonizadas pessoas pela ousadia de cometer uma infração administrativa *simplesmente*... pelo desejo de não morrer!!

Assim, para evitar a chegada desses indesejados desenvolvem-se *perico-reses idológicas*, na interação entre o ídolo do dinheiro e o ídolo do poder militar, com vistas à multiplicação de fronteiras (CUTTITTA, 2015). Os exércitos, neste caso, não são utilizados contra inimigos armados, terroristas ou criminosos, mas contra inertes multidões de civis, inclusive menores de idade. O objetivo é evitar que eles cheguem em seus territórios e solicitem refúgio, o que implicaria no dever de acolhimento, ainda que temporário, por parte de todos os países que assinaram a Convenção de Genebra de 1951. E isso custa dinheiro.

Para dissuadir a aproximação dessas *sobras* da humanidade – para usar a expressão de Papa Francisco – se recorre também a um terceiro ídolo bíblico: *o ídolo da lei*. São elaboradas e implementadas leis migratórias restritivas que criminalizem os migrantes irregulares e criam um clima de *deportabilidade* (DE GENOVA, 2002) que possibilita a *integração segmentada* (PORTES, 1993) dos migrantes, com sua subsequente exploração.

Se os exércitos *protegem* o sistema econômico idológico, as leis *legitimam*, conferindo-lhe legalidade. Em nome da lei – leia-se, ídolo da lei – e mediante o exército – leia-se, ídolo do poder militar – milhares de seres humanos em busca de dignidade e fugindo de conflitos, situações graves e generalizadas de violação de direitos humanos são deportados, inadmitidos ou brutalmente explorados.

Mais um exemplo dessas *pericoresees idolátricas*. Para estancar a chegada de migrantes forçados, muitos países assinam acordos de parceria com países de origem ou trânsito. Chama-se de *externalização das fronteiras*. Neste caso, a violência do poder militar e policial atinge migrantes e solicitantes de refúgio antes deles chegarem às proximidades do país de destino. Os *resultados positivos* dessas legislações e políticas securitárias – a redução dos ingressos – são alardeados com satisfação e júbilo por parte de muitos políticos. Na realidade, esses *resultados* são *positivos* para os adoradores de ídolos, não para aqueles migrantes e refugiados que morrem em desertos, rios, mares ou em centros de detenção e tortura.

Finalmente, o ápice da incongruência constitutiva entre a ideologia idolátrica e o Evangelho se encarna na assim chamada *riminização das pessoas solidárias*, que nada mais é do que um desdobramento da *criminalização da solidariedade*. Se o migrante é um criminoso que desrespeita as leis migratórias, quem o ajuda se torna seu cúmplice. Em outros termos, ajudar o próximo se tornou um crime. Aqui estamos diante do conflito mais radical entre o sacrificalismo dos ídolos e a lógica do Reinado do Deus bíblico. O *bom samaritano* se tornou um criminoso.

Reflexões finais.

Nossa reflexão começou com uma avaliação do recente documento da Congregação para a Doutrina da Fé sobre o sistema econômico-financeiro hegemônico, um sistema que, movido pelo autointeresse ou pelo egoísmo utilitário, tende a produzir exclusão, concentração de riquezas e empobrecimento. Passamos, então, a refletir sobre o conceito de idolatria e, especificamente, *idolatria do dinheiro*, enquanto categoria analítica que nos permite desvendar as contradições do sistema econômico contemporâneo e suas consequências humanas. Entre elas nosso foco se direcionou para o universo das migrações forçadas. Mostramos como a idolatria imperante produz deslocamentos forçados e, ao mesmo tempo, alimenta a crescente rejeição racista e xenófoba contra as populações em mobilidade. Uma *trindade de ídolos* – dinheiro, poder (militar) e lei –, com suas *pericoresees idolátricas*, fomenta ideias, atitudes e práticas sacrificiais e necrófilas. O ápice dessa radical antinomia entre a idolatria e o projeto do Reino evangélico pode ser encontrado na *criminalização das pessoas solidárias*: ai de vós, misericordiosos... que querem acolher migrantes...

Nessa ótica, avaliamos que seja de toda relevância *desnudar não apenas* no nível ético do bem comum, mas também no plano teológico a construção de

uma ideologia idolátrica absolutamente contrária à dignidade humana. Isto é tarefa de caráter ético-teológico, que não pode ser descuidada e precisa ser exercida com coragem, liberdade e compromisso, inclusive para além dos limites dos espaços eclesiais institucionais.

Referências bibliográficas

- ACNUR. *Tendencias globales. Desplazamiento forzado em 2014*. 2015.
- BAGGIO, F. Migrazione e sviluppo: l'eticizzazione del nesso. In *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 17, n. 33, 2009, pp. 213-233.
- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BAUMAN, Z. I fundamentalisti da economia. In *La Repubblica*, 21.09.2011 .
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BIANCHI, E. Credenti e no uniti contro gli idoli. In *Avvenire*, 27.09.2013.
- CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ, DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. *Economicae et Pecuniariae Quaestiones*. 2018 (disponível em: www.vatican.va).
- CUTTITTA, P. Lampedusa tra produzione e rappresentazione del confine. In *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 23, n. 44, 2015, pp. 31-45.
- DE GENOVA, N. Migrant Illegality And Deportability in Everyday Life. In *Annu. Rev. Anthropol.*, n. 31, 2002, pp. 419-47.
- GABRIEL, K. A base social no processo de diferenciação da sociedade e na vida dos seres humano. In *Concilium*, n. 315, 2006/2.
- MAGGI, L. Ridere è una cosa seria. In *Riforma - settimanale delle chiese evangeliche battiste metodiste e valdesi*. 15.01.2015.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Palus-Loyolata, 2015.
- PETROSINO, S. *Lidolo. Teoria di una tentazione. Dalla Bibbia a Lacan*. Sesto San Giovanni: Mimesis, 2015.
- PORTES, A.; ZHOU, M. The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants. In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Sciences*, n. 530, 1993, pp. 74-96.
- RICHARD, P. Nossa luta é contra os ídolos. In *VV.AA. A luta dos deuses*. São Paulo: Paulinas, 1982, pp. 9-38.
- SICRE, J. L. *Profetismo em Israel. O profeta. Os profetas. A mensagem*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SMITH, A. *A Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril-Cultural, 1988.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Reducing Disaster Risk: A Challenge for Development. Bureau for Crisis Prevention and Recovery*. Genebra, 2004.